

## MOÇÃO DE REPÚDIO

Defender o SUS! Estancar a Destruição!

A Moção proposta pelo Setorial de Saúde do PT DF, denunciando a grave crise enfrentada pela população do Distrito Federal no acesso à saúde pública em todos os níveis de atenção, foi aprovada em reunião deste Diretório Regional PTDF a qual se revela em múltiplas dimensões, como o desabastecimento de insumos, a falta de medicamentos, especialmente nas farmácias de alto custo, a baixa oferta de órteses e próteses, déficit de profissionais de saúde e de apoio em toda a rede, mais de trinta mil pacientes aguardando cirurgia e a superlotação no atendimento de urgência e emergência. Tornou-se rotina a perda de vidas nas UPAS e hospitais. Os pacientes enfrentam a desumanização e são obrigados a permanecer dias a fio em leitos improvisados ou em corredores hospitalares, prejudicando a qualidade do atendimento e impedindo a efetividade do cuidado em saúde.

A população do DF tem sido vítima do projeto neoliberal do Governador Ibaneis, que descumpra sua responsabilidade com o direito à saúde constitucionalmente conquistado, ficando à mercê da desassistência, em uma verdadeira peregrinação na rede do SUS em busca de consultas, medicamentos, cirurgias e exames. Além disso, são induzidos pelos próprios gestores públicos a buscar acesso em clínicas e planos privados, ditos "populares", que não têm a menor eficácia e compromisso com a continuidade do cuidado.

A cultura política dissipada pela atual gestão, em alinhamento ao projeto vencido nas urnas, afeta múltiplas dimensões da vida que perpassam pelo direito à saúde, como os indicadores de desmatamento do cerrado, maior entre os biomas, a queda abrupta nos índices de vacinação e o alarmante e vexatório aumento do feminicídio no DF, que registrou um aumento de 250% nos casos em 2023, ficando em 1º lugar entre as unidades da federação, conforme levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A visão propagada nas narrativas do Governador e de sua Vice Celina Leão, implementadas na prática no processo de desconstrução do SUS, explicita o projeto do estado mínimo, que compreende a saúde como uma mera mercadoria acessível a quem possa pagar por ela, desqualificando o capital acumulado na gestão pública, privatizando serviços de forma desenfreada, desmantelando a legitimidade e a efetividade da rede pública do SUS, sendo comum gestos e falas comparativas e preconceituosas em relação ao setor público em favor da rede privada.

Exemplo explícito tem sido a condução do IGES DF, enfrentada desde seu nascedouro pela militância e parlamentares petistas. A cada dia que passa, o IGES revela ainda mais suas fragilidades, desconstruindo o discurso de sua fundação, e se tornando uma verdadeira máquina de corrupção com desvios de recursos públicos por meio da terceirização e quarterização dos serviços, contratações de Recursos Humanos com base no nepotismo, falta de manutenção dos equipamentos e infraestrutura da rede gerando descontinuidade no

atendimento e atrasos frequentes na aquisição de medicamentos. Por meio do Instituto, Ibaneis e Celina vêm promovendo a ampliação da privatização na saúde com a inclusão do Hospital de Santa Maria e treze UPAS, diminuindo o papel do Sistema Público de Saúde em prol de interesses privados. O orçamento destinado ao IGES já representa mais de 1/3 do orçamento geral da saúde pública da capital federal, com a gravidade que, desde sua criação, não apresentou prestação de contas ao TCDF e em nenhum momento alcançou os indicadores e metas previstos no contrato assinado, além de corromper o princípio básico do SUS de comando único em cada esfera de gestão.

Mesmo com todo este capital investido, os hospitais e serviços geridos pelo IGES são referenciais do caos aqui denunciado. Faltam profissionais, os ainda presentes já convivem com mais de 3 anos sem reajustes, as estruturas físicas são precárias e insalubres, os insumos e equipamentos são insuficientes ou ausentes, a alimentação é de péssima qualidade. Nem mesmo no Hospital de Base, primeiro a ser engolido pelo modelo privatista do IGES, temos uma assistência de qualidade. Pelo contrário, o que se percebe é um verdadeiro abandono dos usuários, tendo a população de enfrentar a superlotação e situações como a falta de realização de exames pela quebra de três aparelhos de tomógrafos por semanas, em função de empresa quarteirizada não ter o compromisso com a saúde pública. Inúmeras são as denúncias que comprovam a total falta de compromisso com o Sistema Único de Saúde e a baixa qualidade de atenção disponibilizada.

Ao falarmos em denúncias, cabe referir que um indicador evidente da crise ora anunciada são os índices de reclamações registradas na Ouvidoria do Governo do Distrito Federal contra a SES-DF, que nos últimos 6 anos aumentaram 180%. No ano de 2017, somente nos 3 primeiros meses, foram aproximadamente 16 mil reclamações; já no ano de 2022, outro recorde foi atingido, totalizando mais de 40 mil reclamações naquele ano.

Além dos usuários que têm sentido na pele esta crise, os servidores estão exaustos e têm sofrido com a culpabilização pela população, vindo a sofrer múltiplas formas de violência, incluindo a violência física. Frente a isso, os índices de pedidos de demissão por profissionais, às vezes com 10 ou 15 anos de secretaria, e o crescimento das reduções de carga horária são permanentes, assim como os índices de adoecimento e pedidos de afastamento do trabalho, especialmente por causas de saúde mental, têm sido cada vez mais elevados, atingindo o percentual de até 15%.

Somado a todo este cenário, há o prenúncio da intensificação da crise vivenciada, não só pela ineficiência da política econômica do governador que não tem conseguido promover o desenvolvimento e aumento da arrecadação, com cortes significativos no orçamento da saúde, mas pelo indicativo de que os contratos públicos dos serviços de apoio pactuados nos anos de 2016 encontram-se em finalização. Não havendo compromisso e celeridade, promoverá a desassistência e o colapso da rede pública do SUS-DF.

Neste contexto de crise, é imprescindível a intensificação da mobilização em defesa do SUS-DF e ação parlamentar na CLDF, promovendo e instigando denúncias sobre esta crise sanitária.

Comunicando sobre os grandes feitos do Governo Federal por meio do Ministério da Saúde no resgate das políticas estruturantes do direito à saúde, que no DF não encontram eco devido à péssima gestão do Governador.

Somente uma ação persistente e articulada, envolvendo partidos da esquerda, entidades sindicais, movimentos populares, poderá barrar esta destruição. Chamamos, pois, todos estes agentes a lutar em defesa do SUS no DF.

Portanto, o Setorial de Saúde do PT/DF, reunido em Plenária no dia 13 de dezembro de 2023, aprovou esta **Moção de Repúdio ao caos na saúde pública do DF** e lança uma campanha de mobilização em defesa do SUS.

Sendo assim, indicamos algumas estratégias, para implementação das quais, solicitamos a chancela e compromisso deste Diretório. Além disso, nos colocamos à disposição para implementá-las:

- Promover a mobilização junto dos Diretórios Zonais para que sejam implementados Comitês de Saúde e assim sejam realizadas plenárias da saúde em todas as cidades e territórios;
- Somar esforços ao processo de mobilização para implementação de Conselhos Gestores de Saúde nas Unidades Básicas e demais serviços de saúde do SUS-DF para garantir maior protagonismo popular no processo decisório;
- Fortalecer a agenda do Setorial de Saúde ampliando o debate e o diálogo com a população do DF;
- Promover o resgate da Frente Popular em Defesa do SUS, visando ampliar a articulação e a mobilização com os seguimentos dos trabalhadores e dos usuários do SUS-DF.

Brasília-DF, 13 de dezembro de 2023.

Diretório Regional PTDF